

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Lula Marques/Agência Brasil



De um lado, Hugo Motta e Arthur Lira...

Congresso em pé de guerra

Há uma razão para a Câmara resolver retirar da pauta e deixar caducar a MP que compensaria a revogação do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Essa razão é o Senado e relação complicada nas últimas semanas. As duas Casas estão em algum tempo em pé de guerra. Conflito que começou quando o Senado derrubou por unanimidade a PEC da

Blindagem. Mas que teve seu ápice na terça-feira, depois que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), indicou o senador Renan Calheiros (MDB-AL) o relator do projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda. Renan bateu duro. Disse que o o Senado não o usaria como “instrumento de chantagem” contra o governo, como teria feito a Câmara.

Inimigos

Alcolumbre escolheu para relatar o tema no Senado o inimigo fidalgo do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), que relatou a MP na Câmara. A pancada de Renan, assim, não foi exatamente dirigida à Câmara, mas ao seu principal adversário em Alagoas.

Tempo

Mas Alcolumbre não é nem desinformado nem inocente: sabia bem quem estava escolhendo. A crítica a Arthur Lira feita por Renan devia-se ao tempo que a Câmara levou para votar o projeto, em torno de seis meses. Para Renan, para fazer pressionar o governo.

Lula Marques/Agência Brasil



... De outro, Alcolumbre e Renan Calheiros

Senado usa por base um outro projeto

Há ainda um segundo troco de Alcolumbre. Quando a Câmara apresentou a proposta batizada de “PL da Dosimetria”, o presidente do Senado ficou extremamente irritado. Afinal, ele viria desde o início do ano articulando proposta semelhante, numa articulação com o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O projeto

relatado pelo deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) vai na mesma linha. Assim, se a Câmara optou pela sua própria solução, Alcolumbre resolveu fazer o mesmo com o Imposto de Renda: em vez de o projeto relatado por Lira, usará como base outro projeto igual que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Vaidades

Há, assim, uma disputa de vaidades que, no final, ultrapassa Hugo Motta e Davi Alcolumbre. No fundo, é fruto de uma total confusão que hoje acontece na cabeça do Centrão, do qual ambos fazem parte, quando a ser ou não aliado do governo Lula.

Lira

Muito mais que a seu partido, Hugo Motta deve sua eleição na Câmara a Arthur Lira. Que, demonstrando ou não, obteve a aprovação unânime do Imposto de Renda na Câmara, o que certamente deve ter ficado bem longe de agradar a Renan Calheiros.

Republicanos

Parte do Republicanos de Hugo Motta é oposição, outra parte é governo. Em federação, o União Brasil e o PP de Arthur Lira e Davi Alcolumbre anunciam que vão para a oposição, mas seus ministros resolvem ficar mesmo assim no governo. Sobre a Caixa, nem se fala.

Alcolumbre

No União Brasil, a situação é tão complicada que o partido considera dois dos seus ministros no governo cota de Alcolumbre, e não do partido. E respeita a decisão de Alcolumbre de mantê-los. No fundo, porém, cálculo. Com Lula mais popular, vale a pena sair do governo?

Câmara retira de pauta MP que compensava IOF

Prejuízo estimado é de R\$ 35 bilhões para o governo em 2026

Por Gabriela Gallo

A Câmara dos Deputados retirou de pauta a Medida Provisória (MP) nº 1303/2025 que criava novas regras para a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no Brasil, nesta quarta-feira (8), por 251 votos favoráveis e 193 contrários. A MP foi editada pelo governo federal em junho para compensar a revogação de decreto que previa aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Os plenários da Câmara e do Senado tinham até as 23h59 de quarta para aprovar a medida para que ela continuasse com sua validade. Portanto, como a Câmara (que deveria discutir e votar a proposta antes do Senado) retirou a medida de pauta, o texto caducou. Agora, a equipe econômica do governo federal precisa se reestruturar para conseguir outras alternativas para tentar atingir a meta fiscal.

Editada para compensar a derrubada do aumento da tarifa do IOF, a MP 1303/2025 unificava em 18% a tributação sobre aplicações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2026, além de aumentar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de algumas instituições financeiras. As exceções, definidas de última hora pelo relator, deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), eram a não tributação de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCD) e a mantêm a taxa de 12% na tributação de apostas esportivas virtuais (Bets).

Com a retirada da Medida Provisória, a equipe econômica do governo prevê um prejuízo de R\$ 35 bilhões para 2026 – que terão de ser compensados de outra maneira para que o governo consiga atingir a meta fiscal. Uma das alternativas é aumentar novamente o IOF. Contudo, outra possibilidade cogitada pelo governo federal é contingenciar de R\$ 7 bilhões a R\$ 10 bilhões em emendas parlamentares, de acordo com o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP). O corte nas emendas parlamentares inicialmente foi



Lula Marques/Agência Brasil

Oposição comemorou a aprovação da retirada de pauta

uma tentativa de alerta do governo para que os parlamentares aprovassem a MP – o que não deu certo. Contudo, a medida ainda não foi confirmada.

Tentativas

Além da possibilidade de cortar as emendas parlamentares, o governo federal jogou com outras armas para tentar aprovar a Medida Provisória antes que ela caducasse. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) almoçou com ministros e líderes do governo no Legislativo para discutirem estratégias para que os congressistas aprovassem a medida.

À tarde, Lula exonerou os ministros André Fufuca (PP-MA), do Esporte; Celso Sabino (União-PA), do Turismo, e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), de Portos e Aeroportos, para que os três retornassem para a Câmara dos Deputados e votassem favoráveis à MP 1303/2025. Vale destacar que Fufuca e Sabino foram estrategicamente desonerados de seus cargos no mesmo dia em que ambos foram expulsos dos seus partidos por escolherem permanecer no governo.

Em entrevista coletiva, o ministro da Fazenda Fernando Haddad adiantara que a pasta se reunirá com Lula para apresentar um “cardápio de soluções” para compensar as perdas arrecadatórias.

Impacto

Ao Correio da Manhã, o professor de Economia do Ibmec Brasília Renan Silva explicou que, caso o substitutivo do relator fosse aprovado no Congresso o impacto imediato da medida seria “no rendimento líquido dos investidores, dos poupadores”.

“Na prática, os primeiros atingidos são os investidores, mas no médio e longo prazo, a população também acaba sendo atingida. Porque, por exemplo, investidores em ações, em empresas de capital aberto, eles acabam fomentando a chamada ‘economia real’, que visa o desenvolvimento do país, geração de emprego, de renda, e esse capital pode ser direcionado para outras categorias de investimento, e até mesmo para fomentar empresas no exterior. Então, realmente acaba sendo um inibidor do fomento à economia real nesse sentido”, avaliou Silva.

Ele ainda completou que, como a MP caducou, a expectativa do governo de bater a meta fiscal “começará a se distanciar”, especialmente somados à pressão que o Executivo vem enfrentando para a contenção dos gastos públicos. “O governo vai acabar se debatendo e buscar outras formas de arrecadação, o que não está fácil, porque a sociedade está reagindo de forma negativa, uma vez que a carga tributária no Brasil é muito pesada em relação à renda gerada”, reiterou o professor.

Aprovação e desaprovação de Lula empatam, diz Quaest

Por Rudolfo Lago

A boca do jacaré se fechou. “Boca do jacaré” é o termo usado por pesquisadores quando se abre uma diferença muito grande nas avaliações positiva e negativa de um levantamento. Em maio deste ano, a boca tinha se aberto. Naquele momento, a desaprovação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a ficar 17 pontos percentuais maior que a aprovação. Agora, pesquisa do Instituto Quaest divulgada quarta-feira (8) aponta um empate entre desaprovação e aprovação. Segundo a pesquisa, desaprovam Lula 49% dos entrevistados. E aprovam 48%. Como a margem de erro é de dois pontos percentuais, o resultado aponta um empate nas avaliações.

O diretor do Instituto Quaest, Felipe Nunes, aponta que esse é o melhor resultado obtido por Lula neste ano. E é um dado veemente da recuperação da popularidade, que pesquisas anteriores já vinham apontando. Nesta quarta, a pesquisa não trouxe levantamento eleitoral, mas o normal é que essa pesquisa seja divulgada na sequência. Os resultados, no entanto, deverão refletir na corrida pela Presidência da República no ano que vem.

Em maio, quando os números se distanciam, diversos fatores comprometiam a popularidade do governo, como a inflação dos alimentos. Para Felipe Nunes, situações recentes viraram esse jogo. Inclusive, uma queda na inflação. Mas especialmente, na sua avaliação, os fatores ligados à briga de Lula com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o discurso do governo em defesa da soberania.



Ricardo Stuckert/PR

Pesquisa mostra Lula em seu melhor momento

Mais forte

Outros dados da pesquisa corroboram a avaliação de Nunes. Segundo 49%, Lula saiu mais forte após se encontrar com Donald Trump na Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU). Na ocasião, Trump disse ter havido “uma química” entre ele e Lula e que os dois conversariam mais detidamente em breve. A pesquisa não chegou a detectar a impressão após efetivamente os dois conversarem por 30 minutos nesta segunda-feira (6). E 51% disseram achar que, depois do primeiro encontro, Lula e Trump irão “se dar bem”.

Outros fatores parecem também corroborar o bom momento. Uma expressiva maioria de 79% disse apoiar o projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda, aprovada por unanimidade na Câmara e agora em tramitação no Senado. Um percentual de 64% concorda que os mais ricos devam pagar mais para compensar a isenção. Para 48%, o projeto proporcionará a ele uma “melhora pequena”. E 41% consideram que proporcionará uma “melhora importante”.

Anistia

Más notícias também na pesquisa para bandeiras que têm sido levantadas pela oposição. A maioria (47%) diz ser contra uma anistia para os condenados pelo 8 de janeiro e pela tentativa de golpe. Contra 35% que a defendem, inclusive para o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Mesmo a hipótese da redução de penas, na linha do “PL da Dosimetria” tem avaliação contrária, segundo a Quaest. Para 52%, as penas foram “justas”, e esse percentual se posiciona contrário. Para 37%, as penas foram “muito duras” e esse percentual concorda com a redução.

A PEC da Blindagem, que a Câmara aprovou e o Senado rejeitou, também tem reprovação da sociedade, conforme a pesquisa. São contrários a ela 54%, contra 46% que se dizem a favor.

O Instituto Quaest ouviu 2.004 pessoas entre os dias 2 e 5 de outubro de forma presencial, por meio de coleta domiciliar, em 120 municípios definidos de maneira proporcional no país.